

A VISITA DOMICILIAR E A VISITA INSTITUCIONAL NO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

HOME VISITS AND INSTITUTIONAL VISITS IN THE WORK PROCESS OF SOCIAL WORKERS: AN EXPERIENCE FROM MANDATORY CURRICULUM INTERNSHIP

LA VISITA DOMICILIARIA Y LA VISITA INSTITUCIONAL EN EL PROCESO DE TRABAJO DEL ASISTENTE SOCIAL: UNA EXPERIENCIA A PARTIR DE LA PASANTÍA CURRICULAR OBLIGATORIA

Alessandra Quadros da Costa¹
Cleci Elisa Albiero²

Resumo

O presente material é resultado da pesquisa realizada no período de estágio supervisionado do ano de 2021 na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS. O objetivo consistiu em analisar a visita domiciliar e a visita institucional no processo de trabalho do assistente social nessa instituição, durante a pandemia da covid-19. A metodologia de trabalho foi realizada por meio da gravação de voz, via aplicativo de celular, de uma entrevista semiestruturada com o profissional da área do Serviço Social, a qual foi, posteriormente, transcrita. As respostas obtidas foram analisadas sob a óptica de Bardin em três categorias. Pode-se observar que as desigualdades sociais, históricas, econômicas e, conseqüentemente, educacionais, tornaram-se mais evidentes durante os anos de 2020 e 2022, exigindo de todos os assistentes sociais na área da Educação um comprometimento com o acesso a garantia de direitos de todo o alunado presente nas escolas públicas do Brasil.

Palavras-chave: Serviço Social na Educação; Visita Domiciliar; Visita Institucional.

Abstract

This paper is the result of a research conducted during the supervised internship period in 2021 at the Municipal Secretary of Education and Culture in the municipality of Montenegro/RS. The objective was to analyze home visits and institutional visits in the work process of social workers in this institution during the COVID-19 pandemic. The work methodology was carried out through the recording of voice, via a cell phone application, of a semi-structured interview with a professional in the field of Social Work, which was later transcribed. The responses obtained were analyzed under the perspective of Bardin in three categories. It can be observed that social, historical, economic, and consequently educational inequalities, became more evident during the years 2020 and 2022, requiring all social workers in the area of Education to be committed to access and guarantee the rights of all students present in public schools in Brazil.

Keywords: Social Work in Education; Home Visit; Institutional Visit

Resumen

El presente material es resultado de la investigación realizada en el periodo de pasantía supervisada del año de 2021 en la Secretaría Municipal de Educación y Cultura en el municipio de Montenegro/RS. El objetivo consistió en analizar la visita domiciliar y la visita institucional en el proceso de trabajo del asistente social en esa institución, durante la pandemia de la covid-19. La metodología de trabajo ha sido realizada por medio de la grabación de voz, vía aplicación de teléfono celular, de una entrevista semiestructurada con el profesional del área de Trabajo Social, la cual se transcribió posteriormente. Las respuestas obtenidas fueron analizadas desde la óptica de Bardin en tres categorías. Se puede observar que las desigualdades sociales, históricas, económicas y,

¹ E-mail: alessandraqc83@gmail.com

² E-mail: servicosocial@gmail.com

consecuentemente, educacionales se volvieron más evidentes durante los años de 2020 y 2022, exigiendo de todos los asistentes sociales en el área de Educación un compromiso con el acceso a la garantía de derechos de todo el alumnado presente en las escuelas públicas de Brasil.

Palabras clave: Trabajo Social en la Educación; Visita Domiciliaria; Visita Institucional.

1 Introdução

Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aprovado em 4 de abril de 2022, baseado no período de Estágio Supervisionado realizado entre maio e dezembro de 2021. O TCC aborda o processo de trabalho do assistente social na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) no município de Montenegro/RS. Durante esse período, o prefeito local havia determinado o retorno do corpo discente às atividades escolares presenciais³, porém, essa medida não estava sendo cumprida pelos responsáveis. A pergunta que orientou este estudo foi a seguinte: *Como se efetiva a visita domiciliar e a visita institucional, no processo de trabalho do assistente social na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS?*

As análises e reflexões propostas consistem em abordar o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes no período pós-pandemia. Durante os anos de 2020 e 2021, esses indivíduos não apenas enfrentaram acentuada desigualdade social, mas também desigualdade educacional. A metodologia adotada para este trabalho envolve uma pesquisa bibliográfica e documental, com base em publicações relacionadas ao tema da pesquisa, além da realização de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas. As respostas das entrevistas foram utilizadas para análise e estudo, com o objetivo de construir categorias de análise, seguindo a abordagem de Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (1977).

Deste modo, este trabalho está organizado nos seguintes tópicos: a Educação no Município de Montenegro/RS; o Processo de Trabalho do Assistente Social na Política Pública de Educação; Metodologia de Pesquisa, Resultados e Discussão; Considerações Finais; e Referências.

2 Do serviço social escolar para o serviço social na educação

O artigo 11º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) abrange as atribuições da organização da Educação Nacional para o governo municipal (Brasil, 1996). No entanto, os alunos das escolas municipais brasileiras não vêm apresentando um bom desempenho nas avaliações do

³ Durante o período da pandemia da covid-19, o prefeito havia determinado que o alunado retornasse às aulas presenciais.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): nos Anos Finais, de 2013-2019, nenhuma das metas foram alcançadas, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (INEP, 2020). Essa recorrência das notas abaixo das metas se sucederem somente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, trata-se de um alerta para os especialistas no assunto, a fim de entender o porquê dessa realidade educacional brasileira.

Esses dados revelam que existem problemas extraescolares que influenciam na trajetória escolar das crianças e dos adolescentes. Já é sabido quais são os fatores que dificultam o acesso e a permanência na escola: as manifestações da questão social, como o desemprego, a fome, a pobreza, a violência, a falta de moradia e de saneamento básico, entre outros (Dentz; Silva, 2015). Dessa forma, promover aulas de reforço, turno integral, ou ainda, matricular os alunos reprovados em uma turma de aceleração não resolverá essas demandas, pois é preciso englobar outras áreas do conhecimento, como o Serviço Social, com o objetivo de conhecer e trabalhar com e na realidade desses sujeitos, nas instituições escolares e nos familiares.

O Serviço Social Escolar foi a primeira denominação para o trabalho do assistente social na Educação. Conforme citam Ferriz e Martins (2020, p. 216), “em que devia se prestar subsídios de informações sobre a vida dos alunos, segundo Pinheiro (1985, *apud* Dentz; Silva, 2015, p. 17). O primeiro Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social na área da Educação data do ano de 1944 e, até os anos 2000, haviam sido publicados 156 trabalhos, de acordo com Witiuk (2004, *apud* Dentz; Silva, 2015, p. 17).

No Estado do Rio Grande do Sul foi encontrado o registro mais antigo sobre o Serviço Social Escolar no Brasil, sendo chamado de Serviço de Assistência Escolar, por meio da secretaria estadual da época, a Secretaria de Educação e Cultura, mediante o Decreto nº 1.394/1946, segundo Dentz e Silva (2015). As atribuições dos profissionais consistiam em “intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social”, de acordo com Amaro (2011, *apud* Dentz; Silva, 2015, p. 18).

Durante o processo de Reconceituação do Serviço Social, segundo Souza (2005, *apud* Dentz; Silva, 2015, p. 19), os problemas dos alunos que não obedeciam a disciplina escolar, seriam resolvidos pela área do Serviço Social. No início dos anos 2000, os planos de ação do conjunto CFESS/CRESS para a temática do Serviço Social na Educação iniciaram, com o objetivo de solidificar a presença do assistente social na Política de Educação, de acordo com Ferriz e Martins (2020, p. 216). Já, 2001, o CFESS criou o Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação, que produziu a obra Serviço Social na Educação, como explicitam Santos, Mesquita, Ribeiro (2012, *apud* Ferriz; Martins, 2020, p. 217).

Assim, durante os anos de 2001 a 2013, o conjunto CFESS/CRESS criou os Grupos de Trabalho (GT) em todo o Brasil, os quais foram formados por conselheiros do CFESS e representantes das CRESS de cada região do país, com o suporte técnico do assistente social e professor Ney Luiz Teixeira de Almeida (Férriz; Martins, 2020, p. 217).

Com toda a legislação educacional vigente no Brasil, o ponto de inflexão reside não mais no acesso, mas sim na “garantia qualidade do ensino” projetado para o corpo discente (Dentz; Silva, 2015, p. 24). Nos anos 2000, 96,4% de crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, estavam na escola e 83%, na faixa etária de 15 a 17 anos, fazendo com que parte dos brasileiros concluísse o Ensino Fundamental, de acordo com Oliveira (2007, *apud* Dentz; Silva, 2015, p. 24).

A Lei nº 13.935/2019 é a lei que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica” (Brasil, 2019). Dessa forma, faz-se necessário, de acordo com a proposta dessa pesquisa, discutir sobre o trabalho e o processo de trabalho do assistente social na Política Pública de Educação, bem como a instrumentalidade e os instrumentais técnico-operativos.

3 O processo de trabalho do assistente social na política pública de educação

O cotidiano profissional do assistente social no âmbito da política de educação deve ir além da realização de estudos socioeconômicos. Deve, no entanto, direcionar sua prática para “ações de execução, orientação, acompanhamento, investigação e socialização” (CFESS, 2013, p. 45), por meio de atividades “interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais” (CFESS, 2013, p. 46).

Além disso, não deve se limitar a abordagens individuais ou ao atendimento junto às famílias. O assistente social deve compreender que seu processo de trabalho envolve revelar como essa política contribui para a reprodução das desigualdades sociais e a democratização dos espaços na Política de Educação (CFESS, 2013). Portanto, é fundamental reconhecer que a Educação é um campo de disputa de poder, uma vez que é um “ambiente de materialização dos conflitos sociais” (CFESS, 2013, p. 57).

Nesse contexto, o CFESS orienta seus profissionais a abordarem e discutirem esse tema à luz do Projeto Ético-Político da categoria e da concepção de sociedade classista (CFESS, 2013), que permeia o exercício profissional promovendo a autonomia do sujeito. Em consonância com esse debate, é essencial compreender e dominar a instrumentalidade e os

instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, que, para os propósitos desta análise, incluem a Visita Domiciliar e a Visita Institucional.

3.1 A visita domiciliar

A história nos mostra que as primeiras visitas domiciliares foram realizadas pelas profissionais da área da Enfermagem, denominadas de enfermeiras visitadoras, quando a Enfermagem na Saúde Pública do Brasil surgiu (Silva, 2017). Rosen (1995, *apud* Silva, 2017) explica que, nessas ocasiões, além dos problemas de saúde, eram tratadas as situações educacionais, habitacionais, os vínculos familiares e comunitários. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e um enfoque mais amplo sobre o indivíduo como sujeito de direitos, a visita domiciliar passou a ter como objetivo "conhecer a história, a constituição e a organização familiar" (Silva, 2017). Ou seja, o assistente social pode agora observar de forma participativa a realidade do usuário em seu ambiente natural, como explicado por Giongo (2002, *apud* Silva, 2017).

Para a realização da visita domiciliar, são necessários procedimentos específicos que visam a uma utilização eficaz deste instrumento técnico-operativo, conforme destacado por Silva (2017): planejamento, execução e documentação. É fundamental que no processo de planejamento da visita domiciliar se tenha clareza sobre a intencionalidade da visita. Além de observar e escutar o que não é dito, o assistente social deve praticar uma escuta ativa e qualificada, aceitando o sujeito em sua totalidade, compreendendo seus princípios, valores e opiniões, mesmo que não concorde com eles, como sugerido por Silva (2017). Também é importante manter um diálogo usando uma linguagem compreensível (Silva, 2017).

3.2 A visita Institucional

Segundo Sousa (2008, *apud* Silva, 2017), a realização de uma visita institucional envolve conhecer a instituição à qual o sujeito está vinculado, buscar informações sobre o trabalho realizado pela organização e avaliar os serviços prestados pelo estabelecimento. Através desse instrumental técnico-operativo, o profissional analisa as demandas sociais e/ou institucionais e avalia os recursos das organizações que fazem parte da rede (Silva, 2017).

A visita institucional permite ao assistente social “manter a rede articulada e colocá-la a par de recursos, programas, projetos e ações sociais e, posteriormente, informar a população usuária a respeito” (Silva, 2017, p. 113). Dessa forma, a participação de profissionais de outras áreas do conhecimento facilita a integração entre os setores públicos. Através do

compartilhamento de informações atualizadas de suas respectivas organizações, os encaminhamentos podem ser otimizados e as demandas sociais atendidas de maneira mais ágil (Silva, 2017).

Tanto a visita domiciliar quanto a visita institucional fazem parte do conjunto de instrumentos técnico-operativos utilizados no cotidiano do assistente social. Essas ferramentas desempenham um papel crucial na coleta de dados, complementando informações que não podem ser obtidas por telefone ou e-mail, por exemplo. Por meio dessas ações, o assistente social obtém uma visão mais completa da realidade habitacional e institucional, permitindo encaminhar as demandas sociais e facilitando a integração entre os setores públicos que compõem a rede de serviços (Silva, 2017).

4 Metodologia de pesquisa

A metodologia proposta para este trabalho centra-se na pesquisa qualitativa, exploratória com uma pesquisa empírica realizada com um profissional assistente social que atua junto a Política de Educação da Secretaria de Educação de Monte Negro – RS. Após a realização da pesquisa teórico bibliográfica, efetivou-se a pesquisa de campo, por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado, que foi agendada previamente, onde foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O áudio da entrevista foi gravado no dispositivo móvel da autora do TCC, via aplicativo Splend Apps – Gravador de Voz[®], e foi transcrito. Após a transcrição da entrevista, realizou-se a análise dos dados, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo de Bardin. Segundo Bardin (1997, p. 42), a análise de conteúdo pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos, e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens”. Para fins de preservar a identidade do sujeito da pesquisa, passamos a identificá-lo como “*cidadania*” e a análise será desenvolvida à luz do referencial teórico proposto para este trabalho.

4.1 A efetividade da visita domiciliar e a visita institucional

A avaliação das visitas domiciliares e das visitas institucionais foi analisada através do termo efetividade, em que Baptista (2000, *apud* Medeiros; Sviercoski, 2020, p. 112) explica que se trata da observação dos resultados, dos impactos e dos indicadores utilizados. Assim, os trechos a seguir foram analisados sob a ótica do assistente social na Política de Educação da

Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS. Sobre a visita domiciliar, *Cidadania* fez o seguinte relato: “Então, a gente utiliza esse instrumento técnico-operativo pra conhecer os modos de vida dessa família, né, é...e pra poder intervir, poder encaminhar de uma forma melhor, mais adequada [...]”.

Mediante esse instrumento técnico-operativo, *Cidadania* aproxima a realidade vivenciada pelo sujeito da instituição de ensino. Sobre a atribuição dos professores diante das situações vivenciadas pelos/as alunos/as nas suas residências, *Cidadania* informou:

Então, daqui há pouquinho uma situação na escola pode estar sendo vivenciada pela criança em casa, a escola não tem como saber, porque tanto não tem como saber, que os professores e diretores não têm essa incumbência de conhecer a casa, de visitar, não está dentro do...da atribuição dos professores.

A Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019) limita a atuação profissional do assistente social, ao descrever que suas ações serão realizadas na Educação Básica, porém é necessária a participação desses profissionais na Política Pública de Educação nas equipes multiprofissionais da Educação Infantil até o Ensino Superior. Assim, as necessidades sociais dos alunos e de suas famílias, de acordo com a proposta dessa pesquisa, somente serão encaminhadas se e somente se estiverem sob os cuidados dos assistentes sociais. Por isso, *Cidadania* explicou:

É...então, é tem sido fundamental pros encaminhamentos, tem sido fundamental pros encaminhamentos, é questão de transporte, questão educacional, questão é...de...de materiais precisam ser fornecidos para essas crianças, é tem sido fundamental entender a realidade dessas famílias, dessas crianças, é porque tu chega nas casas e...e tu consegue visualizar melhor e fazer os encaminhamentos mais assertivos naquela família, é por consequência, transformando, né, a situação daquela família ou é...minorando as expressões da questão social ou...é...fazendo os encaminhamentos mais pertinentes e corretos.

É esse “olhar” alicerçado na cultura profissional durante a visita domiciliar, que faz com que o assistente social seja esse profissional capaz de analisar tanto as condições de moradia, como as da comunidade e, também, as da instituição de ensino, por meio do uso de um outro instrumento técnico-operativo: a visita institucional.

O artigo 11º da LDB (Brasil, 1996) determina que o governo municipal é o responsável pelo transporte escolar dos discentes da rede municipal. Assim, a SMEC busca cumprir ao “programar e executar programas suplementares [...] bem como gerir programas de transporte e material escolar” (Prefeitura Municipal de Montenegro, [198?]). Mesmo que *Cidadania* não tenha elaborado nenhum programa sobre o transporte e o material escolar, de maio a dezembro de 2021, durante as visitas domiciliares, têm observado as expressões da questão social, onde

o aluno tem tido dificuldade em acessar à escola devido ao transporte ou a falta de utensílios escolares.

Pode-se concluir que sua ação profissional de visitar a residência de uma família, produz o resultado planejado, ao promover o acesso a garantia de direitos aos indivíduos, conforme Baptista (2000, Medeiros; Sviercoski, 2020, p. 112). Em relação à visita institucional, *Cidadania* explicou que:

“A visita institucional é...ela entra dentro do...do objetivo de conhecer melhor a...a política que eu estou inserido hoje, né. Então a Política de Educação a gente tem 28 escolas hoje e eu realizar a visita institucional, que é a visita nas escolas, né, hoje é fundamental, assim, fundamental, porque eu preciso além de conhecer as escolas, eu preciso conhecer os professores, conhecer as direções das escolas, né, que é as pessoas com quem eu tenho acesso no trabalho [...]”.

Através desse instrumento técnico-operativo, *Cidadania* passa a conhecer a Política de Educação do município de Montenegro/RS: as escolas, o corpo Docente e as Equipes Diretivas. Além de conhecer os recursos humanos, *Cidadania* relatou que:

“[...] conhecer a localidade onde aquela escola está inserida, isso é fundamental até pros encaminhamentos com os próprios professores assim. Então, é...a gente precisa fazer esse diagnóstico sócio territorial das escolas, de onde elas estão inseridas, de como é o bairro qual que é a renda: se é uma escola mais rural, escola mais urbana, se é uma escola onde tem mais histórico de violência, se é uma escola onde tem histórico de vulnerabilidades sociais, [...]”.

A visita institucional permite ao assistente social “uma busca ativa que propicia o mapeamento do território” (Silva, 2017, p. 113). Dessa forma, é possível conhecer não somente os sujeitos que compõem a comunidade escolar, mas também o espaço que ocupa na referida localidade. É baseado no conhecimento específico da área das Ciências Sociais Aplicadas, *Cidadania* consegue inferir qual é a renda das famílias residentes no entorno da escola e conhecer o histórico social da comunidade escolar.

Esse instrumento técnico-operativo permite conhecer os atendimentos em outros setores do serviço público do município de Montenegro/RS, conforme pode ser observado no discurso de *Cidadania*:

“[...] tem escolas [...] com [...] muitos acompanhamentos no Conselho Tutelar, muitos acompanhamentos na Saúde, em diversas escolas. [...] Então, dentro desse contexto de entendimento da Política de Educação, da política que eu estou inserido é fundamental as visitas desse instrumento técnico-operativo da visita institucional”.

De acordo com a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), a atuação dos profissionais de Serviço Social está restrita à Educação Básica. Portanto, é fundamental para *Cidadania*

conhecer, também, se as crianças e os adolescentes das 28 escolas têm sido acompanhados pelos serviços da área da Saúde, se o Conselho Tutelar tem realizado intervenções e por quais motivos. Nesse contexto, a realização de visitas institucionais, quando planejadas de forma adequada, com objetivos claros e com a devida preparação teórica e técnica por parte de *Cidadania*, permite conhecer o trabalho dos serviços públicos que compõem a rede no que diz respeito ao atendimento e à proteção do alunado dos 4 aos 17 anos de idade.

Dessa forma, *Cidadania* fortalece a rede e informa a comunidade escolar sobre os programas, os recursos, os projetos e as ações sociais no município de Montenegro. Além disso, o assistente social participa ativamente dos processos de intersetorialidade e interdisciplinaridade, colaborando com a mobilização de outros serviços públicos para atender às crianças, aos adolescentes e suas famílias, tais como o CRAS, o CREAS e o CAPS, conforme mencionado por Silva (2017). Essas parcerias institucionais têm como objetivo primordial a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes

O trabalho de *Cidadania* na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS tem como objetivo assegurar o acesso e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes que compõem o alunado das 28 escolas municipais, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Durante o período da pandemia da covid-19, muitos alunos não participavam das aulas nos formatos *on-line* e híbrido. Além disso, os responsáveis não retiravam ou devolviam o material didático preparado pelo professor e nem se comunicavam com a escola. Essas situações levaram os diretores a encaminharem esses sujeitos para *Cidadania*, a fim de que fosse realizada uma intervenção, conhecida como Busca Ativa Escolar, visando resolver as dificuldades enfrentadas pelos alunos.

Assim, o direito ao acesso à Educação e à permanência na escola, por meio da Política de Educação da SMEC do município de Montenegro, foi efetivamente alcançado com as intervenções profissionais de *Cidadania*, incluindo a visita domiciliar e a visita institucional. Conforme Barreira (2002, *apud* Medeiros; Sviercoski, 2020, p. 112) essas ações provocaram “mudanças qualitativas significativas e duradouras nas condições de vida” desses sujeitos, das suas famílias e da comunidade escolar, promovendo o direito à saúde e à vida (Brasil, 1990).

5 Considerações Finais

No ano de 2014, foi sancionada a Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014) como uma ferramenta para diminuir as desigualdades educacionais no Brasil, com vigência até o ano de 2024. Dessa forma, os Estados, o Distrito Federal e os municípios tiveram que elaborar ou

modificar os seus projetos educacionais, a fim de se adequarem ao Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014).

Nesse contexto, o presente trabalho abordou a temática da visita domiciliar e da visita institucional como instrumento técnico-operativo no processo de trabalho do assistente social na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS.

Os dados coletados para essa pesquisa tiveram como fonte a entrevista e os registros das visitas domiciliares e das visitas institucionais realizadas durante os meses de maio a dezembro de 2021 no diário de campo. Ambos os instrumentos foram realizados com a participação de *Cidadania*. Após o cumprimento dessas etapas, as informações obtidas foram estudadas sob o viés da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1997).

Os limites e os desafios para *Cidadania* na SMEC são muitos, uma vez que a pandemia da covid-19 agravou as desigualdades sociais. Conseqüentemente, as desigualdades educacionais estão mais explícitas, e as crianças e os adolescentes das escolas públicas têm apresentado maiores dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, quando comparadas ao corpo discente das escolas particulares.

Cidadania ainda está no processo de conhecer a Política Pública de Educação no qual está inserida, buscando conhecer as escolas municipais, bem como as Equipes Diretivas, o Corpo Docente e as famílias dos alunos. Por meio das visitas domiciliares e das visitas institucionais, tem conseguido encaminhar e orientar os usuários, bem como trabalhar de forma interdisciplinar e intersetorial, uma vez que, dependendo da demanda social, a criança ou o/a adolescente, bem como a sua família, necessita de atendimento em mais de um setor do serviço público.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 11 dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série 3: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

DENTZ, M. V.; SILVA, R. R. D. da. Dimensões históricas das relações entre Educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/5JGhKMMx6hHsvdvpDF7Y4c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2021.

FÉRRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C. Aproximações do Serviço Social com a Política de Educação: a contribuição das Comissões de Educação dos Conselhos Regionais de Serviço Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, ano 20, n. 39, p. 209-224, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24114>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB - Resultados e Metas**. IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e Projeções para o BRASIL. 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2453731>. Acesso em: 08 jan. 2022.

MEDEIROS, Jussara Marques de; SVIERCOSKI, Valdeslei. **O sabor do saber científico: TCC no serviço social**. Curitiba: InterSaberes, 2020, p. 256.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO. **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Disponível em: <https://www.montenegro.rs.gov.br/municipio/secretarias-1/smec/secretaria-municipal-de-educacao-e-cultura>. Acesso em: 07 jan. 2022.

SILVA, Ângela Maria Pereira da. **Instrumentalidade e instrumentais técnicos do serviço social**. Curitiba: InterSaberes, 2017, p. 232.